
MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS
MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES

Secretaria Internacional

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay

Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy

Página web: <http://www.wrm.org.uy>

Editor: Ricardo Carrere

=====

BOLETIM 99 do WRM

Outubro 2005 - Edição em português

Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês

=====

Neste número:

* NOSSA OPINIÃO

- Mudança climática: parem de tocar a lira!

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Brasil: Aracruz - sustentabilidade ou negócios como de costume?
- Chile: celulose leva a morte até o mar
- Colômbia: uma lei florestal favorece o negócio para os capitais estrangeiros
- Peru: a atividade madeireira ilegal, fonte de trabalho forçado na Amazônia

ÁFRICA

- África do Sul: continua o caminho de empobrecimento com as plantações de monoculturas de árvores
- Camarões: o que significa a pobreza para a população Bagyeli
- Madagacar: minérios de ilmenita em troca por florestas e populações
- Tanzânia: privatização ou piratização de nossas florestas?

ÁSIA

- Índia: os Adivasis e o manejo florestal
- Indonésia: um parque nacional, fracasso e impacto sobre os meios de vida
- Laos: ajudando ou favorecendo? reassentamento interno e agências de ajuda internacional
- Tailândia : o “projeto de lei de florestas comunitárias” resultou ser uma ameaça de relocação para as comunidades rurais que moram em áreas de florestas de conservação

OCEANIA

- Austrália: A Nippon Paper no sudeste da Austrália

* FSC: REVISÃO DE CERTIFICAÇÃO DE PLANTAÇÕES

- Moratória para a certificação de plantações foi solicitada ao FSC

* NOSSA OPINIÃO

- Mudança climática: parem de tocar a lira!

A mudança climática já está ocorrendo. Os recentes furacões no Caribe, América Central, México e no sul dos EUA – e seu terrível pedágio de mortes– não são acontecimentos naturais normais: são desastres provocados pelo homem em decorrência de causas bem conhecidas. A menos que essas causas sejam tratadas seriamente, milhões de pessoas vão continuar sofrendo os impactos da mudança climática, abrangendo desde extremas secas até extremas enchentes e tempestades.

Apesar dos compromissos estabelecidos, os governos - do Norte e do Sul- fizeram muito pouco, até agora, para solucionarem o problema. A História conta que enquanto Roma se incendiava, Nero tocava a lira. Uma situação semelhante está ocorrendo agora: enquanto os combustíveis fósseis e as florestas se incendiam, nossos governos escolhem tocar a lira, pretendendo que o mercado, eventualmente, resolva o problema. Infelizmente, não o fará. Pelo contrário, é o mercado por si próprio que faz com que o absurdo pareça razoável e o razoável apareça como impossível.

É claramente absurdo pretender que as plantações de milhões de hectares de árvores vão, de alguma forma, “compensar” as emissões de carbono decorrentes da queima de combustível fóssil. É óbvio que a reserva de carbono biosférico continuará aumentando já que mais carbono é extraído do subsolo e expelido na biosfera. Mas o mercado- e a indústria petroleira- adoram esta abordagem. Uma nova mercadoria – o carbono- tem sido criada e pode render muito dinheiro. O absurdo se tornou razoável.

Nós, eles, ou seja todos sabem que drásticas medidas políticas precisam ser aplicadas, sem a consideração de se elas fazem sentido econômico ou não. Se um ser amado está gravemente doente, ninguém pensa em termos de “quanto vai custar salvar ele ou ela”? A gente faz tudo o que for necessário para salvar essa vida. O clima do planeta está muito doente e é necessária uma abordagem similar. Deter gradativamente o uso de combustíveis fósseis logo que for possível deveria ser o primeiro item na agenda. Isso seria a medida mais razoável a ser tomada. Porém, os interesses econômicos profundamente entrenchados se opõem a isso e declaram que é “inviável”. Deter o desmatamento deveria ser o item número dois na agenda, mas “as forças do mercado” continuam promovendo a destruição das florestas com o intuito de obter lucros, e assim a conservação das florestas se torna impossível.

Seria simples colocar a culpa no atual presidente dos EUA, mas a realidade indica que poucos- se houver algum- governos estão fazendo alguma coisa ativamente para tratar seriamente a mudança climática. As companhias petroleiras do Norte e do Sul

continuam explorando- nos dois sentidos - para obterem ainda mais petróleo. O petróleo fica barato enquanto as energias alternativas se consideram caras. A eficiência energética e a conservação são apenas medidas periféricas que disfarçam a situação para tranquilizar a população mostrando que algo está sendo feito. Algumas áreas florestais são declaradas como “protegidas” para permitir a contínua destruição das florestas remanescentes. As plantações de árvores como sumidouros de carbono continuam sendo implementadas no Sul a despeito de serem absurdas.

Dentro deste contexto, a única solução possível está nas mãos das pessoas comuns, que ainda são capazes de distinguir entre o que é razoável e o que não é. São elas quem pressionam os governos a fim de que sejam implementadas as medidas necessárias para deter a mudança climática antes que seja tarde demais. Nero podia ter a desculpa de ser louco; mas os nossos governos não a têm. A mensagem da população deve ser em alto e bom som: parem de tocar a lira e ajam agora!

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Brasil: Aracruz - sustentabilidade ou negócios como de costume?

Há seis meses, os povos indígenas Tupinikim e Guarani reclamaram contra a Aracruz Celulose- a gigante companhia brasileira de celulose por 11.000 hectares de seu território. Eles derrubaram milhares de árvores de eucaliptos para demarcarem seu território e construíram duas aldeias indígenas com um grande templo religioso e várias casas ao redor. Muitas famílias indígenas estão morando nessas casas.

No início deste mês, 300 índios Tupinikim e Guarani e seus defensores ocuparam o edifício da administração central do complexo da planta de celulose da Aracruz durante 30 horas, a fim de protestarem contra a interferência da Aracruz no reconhecimento oficial de seus direitos territoriais.

Os povos Tupinikim e Guarani têm tentado reaver suas terras da Aracruz desde 1979. Em 1997, a FUNAI reconheceu 18.071 hectares como pertencentes aos povos Tupinikim e Guarani. Contudo, eles apenas puderam reclamar por cerca de 7.000 hectares de suas terras devido à pressão que a Aracruz exerceu sobre o governo federal.

A Aracruz Celulose iniciou suas operações de plantios no Estado do Espírito Santo em 1967, durante a ditadura militar que governou o Brasil desde 1964 até 1985. “Quando a companhia chegou, esses povos saíram. Eles não tinham condições de resistirem. Eles foram forçados a deixar o território e, mesmo que ameaçado, “Eugenio Francisco, um Tupinikim da aldeia de Lancha disse aos fiscais da FUNAI- o órgão brasileiro dos assuntos indígenas, em 1994, “A companhia tomou tudo”

A Aracruz construiu sua primeira planta de celulose onde estava localizada uma aldeia Tupinikim chamada Povoado dos Macacos. A Aracruz forçou aproximadamente 7.000 famílias a se deslocarem das terras que estavam ocupando.

Atualmente, a Aracruz é o maior produtor de celulose branqueada de eucalipto no mundo. Em 2004, a companhia produziu 2.5 milhões de toneladas de celulose, 97 por cento da qual foi exportada. Os maiores clientes da Aracruz são Procter & Gamble e Kimberly Clarke, sendo responsáveis por 45 por cento das vendas da companhia.

A Aracruz possui 252.000 hectares de plantações de eucaliptos nos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Além disso, a companhia desenvolve o “Forestry Partners Programme”, abrangendo 71.000 hectares de árvores de eucaliptos, manejadas e plantadas por agricultores.

A fim de abrir caminho para suas plantações, a Aracruz destruiu mais de 50.000 hectares de Mata Atlântica. Os tratores em pares unidos com uma corrente se introduziram através da floresta, destruindo tudo o que aparecia no caminho. Os animais foram esmagados pelas árvores derrubadas ou pela maquinaria. A Aracruz foi multada pelo IBAMA, o órgão brasileiro de proteção ambiental por plantar em áreas protegidas.

Os rios e os córregos secaram em decorrência das plantações de eucaliptos da Aracruz. A companhia causou danos a rios e desviou água do Rio Doce para suas plantas, com o impacto adicional sobre os fluxos de água na região. A pescaria em muitos rios da região desapareceu em grande proporção.

Em janeiro de 2004, em uma tentativa por melhorar sua imagem, a Aracruz contratou uma firma consultora com sede no Reino Unido chamada SustainAbility. A SustainAbility foi fundada em 1987 por John Elkington, o autor de livros como “The Green Capitalists” e “The Green Business Guide”. Ele descreve seu trabalho sobre os últimos 25 anos como “focado principalmente em tentar atingir a sustentabilidade com negócios, através dos mercados.”

A SustainAbility está desenvolvendo um Plano de Sustentabilidade para a Aracruz. Jodie Thorpe da SustainAbility explicou que a SustainAbility “identificou três áreas da estrutura da Aracruz como prioridades iniciais a serem aperfeiçoadas: compromisso com as partes, transparência e governança.”

Porém, o sítio web da SustainAbility inclui muito pouca informação a respeito da Aracruz e nada em absoluto sobre os registros da Aracruz. Não menciona nada sobre a luta dos Tupinikim e Guarani por suas terras.

Nenhum dos relatórios que a SustainAbility elaborou estão disponíveis ao público. “Ao mesmo tempo que nós encorajamos e apoiamos a transparência, eu espero que você possa perceber que não temos liberdade para compartilharmos este trabalho publicamente,” Thorpe explicou.

Longe de criticar a Aracruz, o sítio web da SustainAbility declara que “a Aracruz Celulose tem um compromisso de sustentabilidade de longa data.”

Eu escrevi para Elkington a fim de perguntar como ele responde à crítica que diz respeito à SustainAbility estar ajudando a dar uma fachada verde a uma companhia controversial. “Não é nosso propósito em absoluto”, ele respondeu. Elkington explicou que o sítio web da SustainAbility faz referência ao “claro compromisso corporativo” da Aracruz quanto à sustentabilidade. “Na minha opinião,” ele escreveu, “não fica

nenhuma dúvida de a Aracruz ter ainda um enorme trabalho a fazer antes de poder ser reivindicada considerada algo como uma “companhia sustentável””. Neste ponto, portanto, nós estamos de acordo.

Eu visitei a Aracruz em agosto de 2001. Estive lá para participar de um seminário internacional sobre os impactos das plantações de eucaliptos. A Aracruz também foi convidada. Eu pretendia ouvir como o staff da Aracruz iria responder ao estar enfrentada com centenas de membros da comunidade que vivenciavam os impactos provocados pela companhia. Porém, a Aracruz se recusou a comparecer no seminário.

Enquanto eu estava lá, visitei as aldeias dos Tupinikim e Guarani e escutei os problemas que eles tinham enfrentado desde que a Aracruz tinha tomado posse de seu território. Pude ver as vastas áreas de estéreis plantações industriais de eucaliptos. Uma aldeia Tupinikim que eu visitei estava circundada por plantações. Eu vi a maciça e fedorenta planta de celulose. Eu ouvi como a companhia despejava sua água residual pela noite. E participei de uma passeata com centenas de pessoas através do Estado do Espírito Santo a fim de protestarmos contra as atividades da Aracruz.

Há alguns anos, Elkington escreveu que “ muito do que quer parecer desenvolvimento sustentável se parece muito mais com os negócios de sempre”. Aparentemente a firma consultora de Elkington, a SustainAbility, está atualmente provando que essa declaração é verdadeira.

Por Chris Lang, E-mail: chrislang@t-online.de

- Chile: celulose leva a morte até o mar

A companhia Celulosas Arauco y Constitución, mais conhecida como Celco, a fábrica de produção de celulose em Valdivia, pertencente ao grupo chileno Angelini, reiniciou recentemente suas atividades, depois de ter fechado durante 64 dias devido ao escândalo suscitado por uma mortandade maciça de cisnes- de- pescoço- preto no santuário da natureza do rio Cruces, lugar em que despejou seus efluentes.

Alguns dias antes da reabertura, a empresa tinha recebido o apoio do presidente Ricardo Lagos e das autoridades ambientais locais para tomar esta decisão. Ao anunciar a reabertura, a empresa afirmou que “ganhou experiência” e pediu “desculpas à comunidade de Valdivia pelo incômodo e inquietudes que teve que enfrentar”.

“A fábrica está em condições de retomar as atividades, mas com uma capacidade de produção limitada a 80%, sendo obrigada a fazer mudanças e investimentos tecnológicos para conseguir satisfazer as novas exigências estabelecidas pela Corema X Região e assim poder voltar a sua produção originariamente autorizada”, comunicou a empresa.

A Celco adotou também outras disposições. Logo de saída, resolveu colocar em andamento o projeto do ducto ao mar, aduzindo que esta solução foi “reiterada pelo próprio Presidente da República em sua recente visita a Valdivia” e que conta com a aprovação da autoridade ambiental regional, a Corema.

A gerência da Planta Celco reconheceu recentemente a alternativa de transportar e verter riles para o mar através de ductos que desembocariam em algum setor entre as áreas da enseada Queule ou as proximidades do Porto Saavedra, em troca de participar da construção de um novo porto marítimo nessa zona, o que seria benéfico para as empresas florestais já que poderiam levar diretamente seus produtos dessa área para a exportação.

Aparentemente, tudo está voltado para as comunidades Lafkenche levarem as cargas do ducto da Celco, já que o setor de onde se pretendem levar os riles é uma área quase exclusivamente de população de comunidades Mapuche que habitam o litoral que se espalha continuamente até a zona sul da VIII Região. As organizações Mapuche e os ambientalistas na IX Região já tinham anunciado isso durante a mobilização que foi denominada “Encontro na diversidade pela defesa dos direitos ambientais” realizada em Temuco no dia 9 de julho.

Por outra parte, uma manifestação no porto de Valdivia, com a participação de embarcações de diferentes enseadas da província, sindicatos e associações de pescadores, organizações sociais e comunidades Mapuche- Lafkenche da região, expressou sua rejeição à saída do ducto da planta para o mar.

“A buliçosa tecnologia de última geração anunciada pela fábrica de celulose já deixou sua evidência no rio Cruces e agora pretendem que isso chegue ao mar. Digo aqui ao senhor Ricardo Lagos, que esse ducto não vai sair ao mar, porque nós vamos nos opor”, expressou Eliab Viguera, do Comitê de Defesa do Mar.

“A alta periculosidade do emissário da planta de celulose que, mesmo com tratamento terciário provocou a morte do banhado (...) ficou demonstrada no estudo que foi realizado pela Universidade Austral do Chile, sendo o único estudo sério e de rigor científico conhecido publicamente”, lia-se em um documento dos manifestantes.

Para muitas empresas e governos, esta evidência representa apenas um problema de relações públicas. Contratam assim consultoras de opinião pública, cientistas e assistentes sociais, mas para estudar “como vender melhor o produto”, neste caso o projeto de investimento, porque suas decisões são inamovíveis.

Dessa forma, as crises ficam adiadas, as empresas lucram e as populações atingidas que pretendem ser ouvidas, devem levar suas mobilizações ao extremo da confrontação. Quando tudo explode, os poderes se “surpreendem” e pedem moderação.

Artigo baseado em informação obtida de: “Chile, Celulosa Arauco ‘pide disculpas’ y reabre su planta”, Víctor L. Bacchetta, correio eletrônico: vbacchetta@redcalc.org, http://www.rel-uita.org/agricultura/ambiente/celulosa_arauco.htm; “Celulosa Celco ahora va por el litoral Lafkenche”, Alfredo Seguel, Mapuexpress Informativo Mapuche, <http://www.mapuexpress.net>

- Colômbia: uma lei florestal favorece o negócio para os capitais estrangeiros

Dos 3.500 milhões de hectares de florestas que existem no mundo, cerca de 63 milhões estão na Colômbia e metade delas estão localizadas nos territórios enriquecidos pelas

culturas indígenas e das comunidades negras. Estas florestas, por sua vez, abrigam uma das mais ricas formas de diversidade biológica do mundo e são o sustento de inúmeras culturas que habitam nelas. Também são lugares de regulação climática e hídrica e o hábitat de complexas e insubstituíveis formas de vida.

Porém, sendo uma lamentável característica comum a inúmeros países do Sul, a biodiversidade, a relação cultura- floresta e as condições de vida de inúmeras comunidades vêm sendo dramaticamente atingidas por terem sido colocados em andamento os encadeamentos produtivos florestais promovidos pela USAID através do Programa Colômbia Florestal. Incidiram ainda outros fatores, tais como: o interesse do Estado colombiano em transformar tanto a biodiversidade quanto o que resta do patrimônio ambiental dos povos indígenas e comunidades negras em mercadorias ao serviço do capital internacional e especialmente dos Estados Unidos no TLC; e a implementação de mega- projetos de infra- estrutura em grande escala de plantações de dendê sobre territórios e espaços vitais das comunidades negras e indígenas.

Nesse contexto de políticas está inserido o Projeto de Lei Florestal que vem se debatendo no Congresso da República, já foi aprovado pelo Senado e está submetido a um último debate em Sessão Plenária da Câmara de Deputados.

Diversas organizações sociais colombianas manifestaram críticas ao projeto de lei, basicamente no que diz respeito ao projeto não atingir o propósito de colocar ordem no caos que hoje vive o país quanto ao aproveitamento dos recursos florestais e, pelo contrário, poder gerar maior caos jurídico dando lugar ao descumprimento tanto das disposições existentes no assunto quanto das novas.

Em primeiro lugar, denunciam que, com relação à formulação do Projeto não foi dada participação nem foram consultadas as comunidades afro- descendentes, indígenas e camponesas mestiças, bem como a outros atores sociais envolvidos.

Por outro lado, o Projeto de Lei Florestal aduz regulamentar o manejo de plantações florestais e de florestas, mas as organizações sociais declaram que: “Seu conteúdo é, acima de tudo, para o fomento no país da produção de madeira através de plantações, não levando em conta a possibilidade de uma lei para florestas naturais. Esta é uma política que não tem nenhuma perspectiva ambiental integral, nem considera as florestas como um ecossistema como é estabelecido pela Convenção de Biodiversidade já que são trocados os organismos que planejam e formulam as políticas do setor e se modificam radicalmente as instituições correspondentes até o ponto de boa parte do controle ficar exclusivamente nas mãos do Ministério da Agricultura e de agentes particulares”.

Além disso, o Projeto de Lei é acusado de facilitar o acesso das companhias internacionais ao negócio florestal com a criação de figuras legais que permitiriam a entrada às florestas nativas das principais zonas do Pacífico e da Amazônia. Já existem histórias demais para saber que isso implicaria, bem possivelmente, a violação dos direitos das comunidades autóctones já que são atingidos reservas indígenas, territórios coletivos de Comunidades Negras e assentamentos camponeses.

As organizações apontam que “o grande afã no processo de discussão e a rápida aprovação da Lei no Congresso não é compatível com o enorme impacto que tem sobre

a riqueza florestal do país e sobre os direitos de muitos colombianos. No sentido contrário, é conhecida a influência que tiveram as organizações estrangeiras e empresas madeireiras interessadas na promoção e aprovação do projeto”. “A promulgação desta Lei, nas proximidades da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, que promove o mercado de serviços ambientais, faz com que sejam ainda mais fáceis de acontecer os previsíveis resultados catastróficos sobre os que desde aqui estamos advertindo.”

Inúmeras adesões individuais e de organizações têm avalado a carta pública na que são expostos os mencionados argumentos e à que é possível acessar através da página http://www.censat.org/Biodiversidad_Bosques_PL_Forestal.htm. Quem quiser aderir a ela, pode entrar em contato com a organização CENSAT através do correio eletrônico bosques@censat.org.

Artigo baseado em informações enviadas pela CENSAT: “Declaración sobre el proyecto de Ley Forestal”, “Carta abierta al Congreso de la República”, http://www.censat.org/Biodiversidad_Bosques_PL_Forestal.htm

- Peru: a atividade madeireira ilegal, fonte de trabalho forçado na Amazônia

Na Amazônia peruana, a atividade madeireira é altamente seletiva, quer dizer, da grande diversidade de espécies apenas são usadas algumas, o que levou à diminuição da existência de algumas espécies. O consumo de determinadas madeiras- como o mogno- não poupa sequer as áreas de reserva.

A atividade madeireira ilegal que é desenvolvida em torno a estas áreas recorre a variados estratagemas, desde os contratos de extração nas chamadas zonas de amortecimento (faixas de uns 15 km de largura em média, circundando a área de reserva, que é útil para quem extrai a madeira já que fazem de conta que a madeira cortada no interior da reserva provém dessa faixa) até as licenças de trânsito para transportar pelos rios dentro da reserva a madeira que supostamente foi extraída fora dela. Também é costume “branquear” a madeira, isto é, a madeira é legalizada ao serrá-la com serra fita para apagar os rastros de ter sido serrada com motosserra que é uma modalidade proibida porque implica grande desperdício de madeira e são preparados documentos como se saísse de uma área sob contrato. Agora, também é “branqueada” no lugar, com serrarias portáteis de fita.

A sonoridade e visibilidade destas atividades que envolvem pessoas em acampamentos conhecidos e permanentes, chatas que transportam madeira e guindastes fazem com que esta atividade ilegal seja tudo menos clandestina. Na Reserva Nacional Pacaya Samiria, localizada no triângulo formado pela confluência dos rios Marañón e Ucayali, encontrou-se que trabalham em média 20 homens por acampamento, e anualmente, funcionam cerca de 50 deles.

É justamente neste setor da atividade madeireira ilegal onde abunda um sistema trabalhista associado com o não pagamento, a remuneração em espécies, a prostituição de mulheres nos acampamentos madeireiros e com condições de trabalho infra-humanas.

A escravidão do século XXI existe com o nome de trabalho forçoso e suas vítimas são os mais marginalizados- crianças, mulheres, comunidades nativas. Esses que parecem invisíveis. A concorrência obriga à procura por baratear os processos de produção e assim surgem estas modalidades de exploração que deveriam ofender as consciências.

Isidoro Chahuán, operador de motosserras, da etnia quichua, afirma: “Trabalho por um sabonete, sal, um cartucho, uma camisa”. Ele representa o chamado trabalhador habilitado. Na Amazônia, mais de 30 mil peruanos das comunidades indígenas mais afastadas se encontram nessa situação infra- humana. Um relatório para a OIT sobre o trabalho forçoso na extração de madeira na Amazônia, do antropologista Eduardo Bedoya e o cientista social Alberto Bedoya, mostra até três formas de operação. Em duas delas, o sistema de dívidas insufladas e os magros pagamentos pela matéria extraída são um denominador comum. Se bem se trata de um fenômeno histórico, que data da época colonial, agora com o “boom” do cedro e do mogno, a indústria madeireira teve que ir ganhando espaços e por isso viu-se forçada a adentrar-se em territórios virgens, áreas de reserva comunal, parques nacionais e espaços onde há grupos não contatados ou de contato incipiente.

O caso mais freqüente ocorre quando uma “atividade madeireira- habilitadora” vinculada a grandes empresários madeireiros, entrega na cidade uma quantia de dinheiro a “patrões recrutadores” para obter madeira. Estes oferecem dinheiro ou adiantamentos de alimentos ou mercadorias (tais como arroz, sal, botas, rifles, motosserras, etc.) no interior das comunidades indígenas, com a condição de eles, que conhecem a área e suas árvores melhor que ninguém, entregarem a madeira cortada. No geral, estes acordos ocorrem através de contratos verbais ou escritos sem nenhuma referência ao valor da madeira no mercado, sendo então um dado desconhecido para os nativos que se tornam presa fácil da enganação. Assim, quando os trabalhadores entregam a madeira ao “patrão recrutador”, este apresenta diferentes motivos que demonstram que o material não é bom e arbitrariamente reduz o pagamento. Como o dinheiro não é suficiente, os indígenas pedem mais empréstimos e assim engrossam sua dívida. O camponês fica “recrutado” chegando a assinar contratos de até dez anos.

No caso dos acampamentos madeireiros, juntam-se trabalhadores, geralmente alheios às comunidades, que vão realizar a extração da madeira. No relatório mencionado, explica-se que nas cidades entrega-se aos trabalhadores 10% inicial para recrutá-los e posteriormente são levados para trabalhar nas áreas mais remotas da Amazônia. Essas regiões são muito longínquas para os trabalhadores poderem fugir, além de terem seus documentos retirados, de serem afastados das canoas e ameaçados com o não pagamento se pretenderem fugir. Os salários são muito baixos e as mercadorias muito caras. Um refrigerante em um acampamento madeireiro pode custar 10 sóis, um saco de açúcar 50, um de arroz outro tanto. Assim fica iniciado o círculo vicioso de endividamento. “O grande problema destes acampamentos é a incapacidade que os trabalhadores têm de se locomover. Os fiscais trabalhistas não chegam por causa da inacessibilidade da área. Os povoadores também não podem pagar suas dívidas procurando outro acampamento porque recebem, em muitos casos, ameaças físicas”, aponta Bedoya. Trata-se de um trabalho forçoso porque há perda de liberdade.

Em muitos casos, quem pára em um acampamento madeireiro, formado por 10 ou 40 trabalhadores, leva junto sua família. A mulher cozinha, as crianças ajudam mas ninguém recebe um pagamento. Existe, de acordo com o estudo, um alto índice de

adolescentes homens e a presença das mulheres com o lugar de cozinheiras e prostitutas, que cobram por seus serviços em tabuões de madeira.

Este é o castigo da madeira. Para os “patrões recrutadores”, que trabalham para as atividades madeireiras habilitadoras, que por sua vez trabalham para grandes empresas madeireiras, enganar os camponeses não resulta tão difícil assim. Eles só têm que aproveitar a miséria gerada pelo próprio sistema de exploração madeireira que devastou as economias locais, despejou os moradores de suas terras tirando deles as florestas que fazem parte de seu sustento de alimentos, medicinas e moradia.

Sob estas condições de miséria prospera o grande negócio florestal, com uma estreita conivência entre as atividades legais e ilegais até o ponto de formarem só uma, e às vezes, inclusive, gozando da garantia de selos de certificação.

Artigo baseado em informações obtidas de: “30 mil peruanos son víctimas de trabajo forzoso en la Amazonía”, Gabriel Gargurevich, Diario La República maio de 2005, e “Controles y descontrol: Extracción ilegal de madera en el Pacaya-Samiria”, Alberto Chirif, Actualidad indígena N° 99, março de 2005, Servicio de Información Indígena SERVINDI, www.servindi.org, enviados por Carlos Arrunátegui, FAdAmazon (Fundación de Adhesión con los Pueblos Amazónicos), correio eletrônico: carrunategui@fadamazon.org; “Esclavos de la madera”, Jimena Pinilla Cisneros, El Comercio, <http://www.elcomerciooperu.com.pe/EdicionImpresa/Html/2005-05-12/impCronicas0305152.html>

ÁFRICA

- África do Sul: continua o caminho de empobrecimento com as plantações de monoculturas de árvores

Assim como outros países invadidos pelas plantações de monoculturas de árvores (chamadas por alguns sul- africanos de “câncer verde”), a África do Sul mostra que esses esquemas não visavam o melhoramento da qualidade de vida das comunidades locais. Muito pelo contrário.

Além das informações fornecidas pelo relatório sobre os impactos da terceirização no florestamento (vide Boletim n° 96 do WRM), estatísticas chocantes surgiram da primeira oficina para o fortalecimento do setor florestal que ocorreu em Londres do Leste no dia 12 de setembro.

“O problema de os trabalhadores receberem entre R20 e R22 (3- 4 dólares americanos) ao dia é o que mais nos preocupa”, disse Thami Zimu, um madeireiro e agricultor de cana-de-açúcar da Costa Sul que falou em favor dos empreiteiros.

“A carta de fortalecimento da economia negra de ampla base (BBBEE pela sua sigla em inglês) deve procurar dar indicações para terminar com isso.”

Ela disse que os baixos salários dos trabalhadores foram devidos em grande medida às baixas rentas que os contratantes principais pagavam aos sub-contratantes.

Um participante afirmou que, infelizmente, os contratantes principais no setor florestal não fazem parte das audiências públicas. “Se eles estivessem aqui, nós detalharíamos o grande sofrimento e abuso que nós, incluindo mulheres e jovens, suportamos enquanto somos trabalhadores nas áreas rurais. “Um importante número de mulheres são asinadas na parte traseira de caminhões e tratadas com crueldade enquanto recebem baixos salários,” disse o representante do distrito de ORTambo.

As desiguais relações de poder entre os sub-contratantes e os contratantes principais foram denunciadas como a causa chave dos problemas no setor e relacionadas com o alto índice de terceirização do estado, estimado em cerca de 90% de todas as atividades florestais.

Junto ao legado de devastação social, econômica e ambiental ocasionada pelas antigas estruturas coloniais, as plantações de monoculturas de árvores não fazem outra coisa a não ser continuar com o caminho de empobrecimento, ainda com maior desigualdade, de exclusão e degradação ambiental.

Artigo com base em informações obtidas em “South African forestry labourers are paid as little as R20 a day”, Zine George, mailto:enviado por Phillip Owen, GEASPHERE, E-mail: wac@geasphere.co.za, www.geasphere.co.za

- Camarões: o que significa a pobreza para a população Bagyeli

Para quem é de fora, os Bagyeli podem parecer como muito pobres. Eles possuem quase nada em termos de pertences materiais, pouco ou nada de dinheiro, e com frequência ainda não têm uma moradia permanente. Mesmo que um dos mais importantes indicadores de prosperidades para essas populações seja o fato de eles terem acesso a floresta e a seus recursos e de serem capazes de participar nos processos de tomadas de decisões no que diz respeito a seus meios de vida.

No ano 2000, o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza camaronesa foi aprovado pelo Banco Mundial, fazendo com que o país fosse elegível para ser liberado de dívidas. Contudo, Amigos da Terra dos Camarões colocou a preocupação de as vozes das populações indígenas e tribais, tais como os Bagyeli, não terem sido ouvidas, e de a percepção de pobreza e aspirações deles a respeito do desenvolvimento não estarem representadas nessa estratégia.

Os “pigmeus” Bagyeli, moradores do parque nacional Campo Ma’an, no sudoeste dos Camarões têm se sustentado durante séculos com o uso de seu amplo conhecimento da vida animal e vegetal da floresta circundante. Tradicionalmente, eles sobreviveram através da caça, pesca e coleta de mel, frutas, inhame silvestre, lagartas e lesmas. Ao localizarem os animais, eles cobrem os seus rastros com um pó feito da casca das árvores Moabi como camuflagem. Até recentemente, uma população nômade procuravam abrigo em cabanas provisórias feitas de galhos e folhas.

Mesmo que poucos Bagyeli ainda continuem com as tradições de seus antepassados, a extração intensiva de madeira, a agricultura e os oleodutos que atravessam suas terras têm ameaçado seus tradicionais modos de vida assim como os de outros grupos

pigmeus. Para os Bagyeli, o acesso limitado à floresta abala seus tradicionais meios de vida e os leva à marginalização, discriminação e empobrecimento.

A partir do início do parque nacional Campo Ma'an, que foi criado pelo governo como compensação pelo dano ambiental provocado pelo oleoduto Chad- Cameroon, a segurança alimentar e até a própria sobrevivência da população Bagyeli têm sido ameaçada em decorrência das restrições impostas às atividades de caça. Essa área é conhecida por sua extraordinária biodiversidade- cerca de 390 espécies de invertebrados, 249 espécies de peixes, acima de 80 espécies de anfíbios, 122 espécies de répteis, 302 espécies de pássaros, e aproximadamente 80 espécies de mamíferos de tamanho grande e médio- que tem sido conservada e manejada sustentavelmente pelas populações indígenas e locais geração após geração.

A partir de 2003, os Amigos da Terra dos Camarões, o "Forest Peoples Programme" e a "Rainforest Foundation" deram apoio aos Bagyeli na documentação do uso da floresta e seus recursos através de um processo chamado "mapeamento participativo". O mapeamento participativo, amplamente usado pelas comunidades indígenas na América Latina e na Ásia do Sul, vincula a compilação de informações detalhadas por cartógrafos selecionados pela comunidade a respeito da terra, suas características e seus recursos. Os resultados salientaram claramente a importância da floresta e seus recursos para as estratégias de subsistência das populações indígenas nos Camarões.

Para os Bagyeli, o estabelecimento de áreas protegidas dentro de seus territórios ancestrais tem prejudicado seus direitos coletivos e individuais, provocando sua marginalidade e empobrecimento. Eles acreditam que toda estratégia de redução da pobreza proposta pelo governo ou por financeiros externos precisa incluir a participação deles e tem que estar baseada nos direitos coletivos de acesso aos recursos da terra e da floresta.

"Se você não coletar frutas, você não pode ter sabão; se você não pescar, você não pode comer sal; se você não cultivar bananeiras para vender, você não pode comprar roupas. Eu estou sujo e sem roupas porque não faço nada. Já tenho sido proibido de entrar na floresta." (indígena Bagyeli)

Adaptado de "Nature: Poor people's wealth. The importance of natural resources in poverty eradication", julho de 2005, Friends of the Earth International, <http://www.foei.org/publications/pdfs/poverty.pdf>

- Madagascar: minérios de ilmenita em troca por florestas e populações

A gigante mineradora Rio Tinto, a segunda com maior diversificação em minas no mundo, conseguiu licença para explorar uma enorme mina na ilha de Madagascar no Oceano Índico que vai envolver a escavação de uma das maiores florestas únicas no mundo em território indígena.

O projeto de escavar 775 milhões de dólares em dióxido de titânio vai ser executado em Fort Dauphin, região da ilha que está sendo operada pela QIT Madagascar Minerals,

uma subsidiária da Rio Tinto, que é propriedade do governo em 20 por cento e conta com o apoio do Banco Mundial.

Acima de 1000 hectares de terra e floresta tropical litorânea às margens do Oceano Índico serão escavadas em diferentes estágios para extrair ilmenita, o mineral que pode ser usado para produzir o dióxido de titânio branco, pigmento cada vez mais usado para colorir tintas, papel, plásticos e creme dental já que o pigmento principal foi interrompido em decorrência dos impactos na saúde. O enorme crescimento econômico da China foi conduzido pela grande demanda do pigmento branco, uma vez que outros minérios de ilmenita na Austrália e África do Sul estão chegando à exaustão.

A primeira produção vai começar em 2008, logo após o novo porto for construído, parcialmente com 35 milhões de dólares de financiamento do Banco Mundial. Estima-se que o projeto de mineração tenha uma capacidade inicial de 750.000 toneladas ao ano e a operação completa poderia continuar durante 40 anos.

O grupo Amigos da Terra vem se opondo aos planos desde o início, e até um de seus diretores principais, Andrew Lees, morreu 10 anos atrás na mesma floresta enquanto investigava os controversiais planos de mineração. Ele era um botânico especialmente apaixonado pelas terras alagadas, e estava pesquisando os efeitos que viriam a ocorrer não apenas na vida silvestre da floresta como também na população malgaxe que vive maioritariamente na floresta.

Madagascar é, no mundo todo, o lugar que tem mais grupos de espécies únicas. Existem 24 famílias de espécies que apenas são encontradas nessa ilha. Os animais mais conhecidos de Madagascar são os lêmures, criaturas parecidas com macacos, de olhos grandes dos que existem 32 espécies diferentes. Outros animais que estão sob estresse ecológico são as tartarugas terrestres ploghshare – *glochelone yniphora* - (anganoka, na língua malgaxe), que são as mais raras do mundo e que apenas poucas centenas delas sobrevivem hoje, e as tartarugas marítimas sideneck – *phrynops hilarii* – (tartarugas de colo oculto)

Tony Juniper, diretor de Amigos da Terra, está consternado com o fato de o projeto ter sinal aberto para avançar. No dia em que ele ficou sabendo da decisão, ele disse: “Este é um dia muito triste e essas notícias são muito ruins para a população de Madagascar. A Rio Tinto está explorando os recursos naturais no mundo desenvolvido e, mais uma vez, é a população local quem vai pagar o preço. Esta mina não vai resolver os severos problemas de pobreza na ilha mas vai prejudicar sua valiosa biodiversidade”. Ele afirmou que estava na hora de as leis internacionais serem introduzidas para proteger os interesses dos povos e do meio ambiente. “Está tornando-se cada vez mais claro que não podemos confiar que as companhias façam isso.”

Christine Orenge, parceira de Lees, afirmou: “Existe uma severa pobreza em Madagascar, porém este não é o melhor caminho para suavizá-la. Milhares de estrangeiros chegarão lá e ficarão com os empregos, e existe a preocupação a respeito de doenças tais como o HIV serem espalhadas. Receio que vá destruir uma das regiões mais bonitas do mundo”.

A Rio Tinto tentou preservar sua imagem contra críticas e prometeu replantar a floresta tropical que eles tiveram que destruir para conseguirem ilmenita, trabalhando em áreas

de 50 hectares de uma vez só. Eles removeriam o minério da areia e então substituiriam a areia e replantariam a área com árvores. Como se fosse possível “plantar” um ecossistema florescente e biodiversificado como uma floresta!

Juniper afirmou que nenhuma companhia poderia garantir que seus planos fossem executados da melhor forma possível. “Seria possível ter muitíssimos planos para a proteção ambiental, apoiados por muitíssimos experts, porém nós estamos considerando uma mina que vai operar durante 40 anos.

“O que nós vamos fazer se, no final disso tudo, algumas espécies se extinguirem e o hábitat ficar arruinado e a população estiver ainda mais empobrecida? Quem será responsável por isso? Ninguém. É a velha história de as multinacionais conseguirem exatamente o que elas querem, seja qual for o custo ambiental.”

Artigo com base em informações obtidas de: “Madagascar's unique forest under threat”, agosto de 2005, [The Observer](http://observer.guardian.co.uk/international/story/0,6903,1544101,00.html), Guardian Unlimited, <http://observer.guardian.co.uk/international/story/0,6903,1544101,00.html>; Rio Tinto Mine Lifts Hopes of Madagascar Progress, Planet Ark, Mines & Communities Website, <http://www.minesandcommunities.org/Action/press704.htm>

- Tanzânia: privatização ou piratização de nossas florestas?

A mania de privatização nos atingiu como uma praga inevitável. A lista de privatizações vem sendo expandida inexoravelmente. Se admitirmos isso ou não, e qualquer que for a linguagem que pudermos usar para racionalizá-lo, o fato permanece e implica que a privatização foi imposta aos governos africanos através das BWIs (Bretton Woods Institutions) e o poder dominante do Ocidente. Até a chamada liberação da dívida do G8 prega a privatização como uma de suas condicionantes. E as BWIs têm um jeito peculiar de argumentar.

Os fracassos das privatizações são usados para argumentar em prol de maior privatização de mais recursos. O argumento continua, “se vocês não privatizarem o suficiente, vocês não podem tirar proveito dos benefícios”. E, é óbvio, o sucesso da privatização forçada exige mais privatização. De qualquer jeito, o argumento é auto-satisfatório.

A primeira análise racional consistiu em considerar que as paraestatais geradoras de perdas eram um ônus para os contribuintes. A privatização iria assegurar que elas se tornassem empresas eficientes, pagando os impostos por seus empreendimentos. Mesmo que, naturalmente, as primeiras entidades paraestatais a serem privatizadas, como as cervejarias, não gerassem perdas. Você precisa ser um gênio para provocar perdas no negócio da cerveja. O “rápido sucesso” em termos de movimento de vendas e arrecadação de impostos foi usado para justificar outras privatizações.

Obviamente, nenhum investidor privado gostaria de comprar uma empresa que resultasse em perdas. Por tanto elas têm de ser vendidas a preços vergonhosamente baixos sem passivos nem perdas. Os passivos têm de ser controlados pelo estado, quer dizer o mesmo contribuinte que tinha de ser salvo das perdas produzidas pelas paraestatais. Invariavelmente, as primeiras vítimas da privatização são os trabalhadores,

milhares deles ficam sem emprego. Os novos donos se recusam a pagar o seguro de desemprego. O governo tem que pagá-lo, se possível. Então o contribuinte assume mais uma responsabilidade, enquanto isso, alguns dos contribuintes deixam a lista de contribuintes e vão para as filas dos que procuram emprego.

Nenhum empreiteiro privado gostaria de aplicar seu capital a menos que tirasse algum proveito, e, não apenas lucros, mas altos índices de rendimentos. Hoje, a África oferece altos índices de compensação do capital com seus ricos recursos e governos dependentes. Como Mwalimu (Julius Nyerere) uma vez disse, a África atrai apenas missionários e mercenários: missionários para consolarem os pobres e mercenários para vigiarem a pilhagem.

Porém, para se conseguirem benefícios devem ser cumpridas algumas condições mínimas. É o estado quem tem de se encarregar da responsabilidade de criar o ambiente que permita o capital render lucros: construir a infra-estrutura e providenciar água, eletricidade e telecomunicações a baixos custos; controlar trabalhadores teimosos; manter a lei e a ordem e facilitar variados prestadores de serviços – desde a indústria do lazer até o serviço de catering e companhias de segurança – para servirem à nova “comunidade de expatriados”. Acredita-se que a África tem hoje mais expatriados que no tempo da independência.

Mas então, nossas empresas paraestatais de água, eletricidade e telefonia não são eficientes. Suas tarifas são altas. Nossos mercados estão abaixo do padrão; nossa carne não é higiênica e nossos tomates e cebolas e laranjas não atingem o tamanho mínimo. Portanto, os serviços também têm de ser desnacionalizados, ora comprando diretamente, ora *por leasing* e contratos de gestão. Os intrusos devem ser despejados para dar lugar a supermercados e povoados de expatriados que forneçam carne assada provinda da África do Sul e cereais da Suíça.

Mas não é fácil transformar serviços em negócios produtivos. Suas plantas e maquinário estão obsoletos. Seu sistema de cobrança tem muitos vazamentos. Como os benefícios ou as comissões dependem das rendas, devem ser importados medidores de água e eletricidade mais eficientes. Mais uma vez, o estado tem que providenciar as verbas que permitam a reabilitação. Está obrigado a pedir empréstimos junto ao Banco Mundial e em outros lugares para ajudar os investidores a importar o maquinário necessário. Obviamente os juros e o capital dos empréstimos devem ser pagos com o dinheiro dos contribuintes – ora os já existentes ora os que estão por vir – Enquanto isso, o dinheiro das dívidas públicas faz os benefícios particulares aumetarem meteoricamente, sempre em nome do desenvolvimento.

Mas as empresas que produzem benefícios têm de estar sempre à procura de novas terras. Desde produzir mercadorias até transformar os bens públicos em mercadorias, o capital corporativo movimenta desde a manufatura até os serviços públicos, educação e saúde e água e energia e desde terras que produzem mercadorias até florestas privatizadas.

A privatização e a comercialização de produtos florestais é a nova tendência. Uma história recente publicada em um jornal da Tanzânia informou a respeito do acordo para alugar as plantações de teca de Longuza à Companhia Kilombero Valley Teak (KVTC, pela sua sigla em inglês) e isso é apenas a ponta do iceberg. As florestas se tornaram

importantes para os capitais corporativos, não apenas pelos recursos madeireiros como também pelos bio-recursos. Na mesma linha, as implicações de outorgar florestas ao capital corporativo vai além dos problemas do desmatamento, já que o capital corporativo as transforma em produtoras de matérias primas para seus *workshops* de engenharia genética.

A privatização de florestas e produtos florestais traz à tona muita resistência na América Latina e na Ásia e até em alguns países desenvolvidos como Canadá e Estados Unidos. A implicação e os efeitos da privatização das florestas estão longe de ser alcançados. Foram debatidos e discutidos em outros países.

É preciso aprendermos da experiência dos outros e re-avaliar a nossa. Permitamos que os acontecimentos em Longuza abram um amplo debate a respeito aos problemas da privatização em geral, e também mais particularmente, sobre as decorrências da privatização- seja qual for sua forma- de um dos mais importantes recursos e heranças, nossas florestas.

Não entreguemos nosso futuro sustento nas mãos de piratas associados.

By Issa Shivji, Pambazuka News, <http://www.pambazuka.org/index.php?id=29614>

ÁSIA

- Índia: os Adivasis e o manejo florestal

As florestas da Índia, alicerces da segurança ecológica do país, estão se perdendo para inúmeras empresas comerciais em uma proporção assustadora. A última estatística publicada pelo Levantamento Florestal da Índia revela que o país tem perdido mais de 26.000 km quadrados de suas densas florestas durante o período 2001 – 2003. Com mais de 3.000 espécies de plantas florescentes e cerca de 200 espécies de animais do país, que já tinham sido categorizados em perigo, esta enorme perda de floresta, com certeza, aumentará a dizimação da biodiversidade.

Isso está acontecendo em um momento em que o mundo todo, menos os EUA, está fazendo a contagem regressiva até o ano 2010, quando reduções substanciais das perdas da biodiversidade mundial deveriam ser atingidas, em decorrência da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD, por sua sigla em inglês), do qual a Índia faz parte. O total fracasso do manejo sustentável das florestas da Índia é consequência da natureza de exclusão e regulamentação excludente e regimental do sistema de manejo florestal herdado da colonização e com a influência da visão de um mundo de castas que consideram com desdém àqueles que ocupam a base da pirâmide social.

Nas raízes desta crise florestal que piora a cada dia está o deslocamento dos Adivasis, o povo indígena do país, de seu papel de defensores das florestas da Índia. Os Adivasis, os primeiros custódios de nossas florestas, que defenderam as florestas dos ferozes ataques dos colonizadores britânicos e lutaram contra inúmeras explorações comerciais durante a situação política pós-colonial, têm sido sistematicamente privados de seus direitos civis e separados do manejo florestal pelo regime de conservação, que abrange

as leis da fauna silvestre e da floresta. O Projeto de Lei de Tribos Estruturadas (Reconhecimento de Direitos à Floresta) é, por isso, não apenas uma ferramenta para remediar a injustiça histórica sofrida pelos Adivasis, como exige, corretamente, a introdução do projeto de lei, mas também providencia a tão necessária oportunidade de recuperação da maior população de povos indígenas no mundo como os defensores de nossas florestas.

Não é para se surpreender o fato de terem aparecido alguns elementos contrários ao projeto de lei, que de alguma forma marcam uma mudança de valores. A doutrina que se opõe ao estabelecimento de uma parceria com os Adivasis no manejo das florestas junta os auctótones com os demais marginalizados como os Outros e não consegue aceitar nem um infinitesimal aumento do status do subalterno. A conservação é apenas um alibi para esta doutrina. O mundo já descartou o dogma exclusionista de conservação que caracterizava a abordagem que nós tínhamos importado do Ocidente.

A CBD, que é legalmente obrigatória, está baseada nos três objetivos da conservação, uso sustentável e distribuição equitativa de benefícios e providencia a participação dos povos indígenas no manejo da biodiversidade. Um dos três grupos de trabalho estabelecidos pelo processo da Convenção é para tratar os problemas associados com o uso e a proteção do conhecimento tradicional dos povos indígenas. Contudo, a Índia zombou da CBD ao criar uma lei nacional- a Lei sobre Diversidade Biológica- que se restringe a tratar os problemas relacionados com o acesso regulado à biodiversidade, disfarçando alegremente a ignorância da existência dos povos indígenas (um modo rememorativo de desbaratar o espírito do inovador Programa Mab, o Homem e a Biosfera com a simples redesignação de algumas áreas protegidas que existiam sem reformar o sistema de manejo).

A Agenda 21 adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (UNCED por sua sigla em inglês) de 1992, em todos seus quatro programas que tratam o manejo de recursos terrestres salienta o papel dos povos indígenas, e ainda, inclui um programa temático específico para fortalecer o papel dos povos indígenas no manejo sustentável de tais recursos. Além disso, a Cúpula de Johannesburgo, em vigor dez anos antes da UNCED, em seu Plano de Implementação, exige que os povos indígenas tenham habilitação para contribuir com a implementação dos objetivos da CBD e explicitamente reconhece seu papel na conservação e uso da biodiversidade de uma forma sustentável.

O Congresso Mundial de Parques, em particular a sessão de 1962, que foi amplamente instrumental em impulsionar a doutrina de forma violenta e excludente nas áreas protegidas do mundo desenvolvido, modelado ao longo do Parque Nacional Yellowstone nos EUA, sendo que seu estabelecimento acarretou a morte de trezentos nativos americanos e o deslocamento de vários milhares. Numa mudança de atitude, a edição de 2003 do Congresso sublinhou a importância das formas participatória e colaborativa no manejo de áreas protegidas, e especificamente exigiu a restituição dos territórios tradicionais que tinham sido tirados das comunidades indígenas. Isto é o que o projeto de lei está procurando conseguir. Nesse assunto, tem havido um aumento marcado do número de áreas protegidas ao redor do mundo nos últimos anos ultrapassando mais de cem mil lugares, abrangendo mais de dez por cento da área terrestre do mundo. Cabe mencionar que um grande número das áreas protegidas recentemente criadas são realmente reservas de uso de recursos de forma sustentável.

Ao discursar durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano de 1972 que, pela primeira vez colocou o ambiente na agenda política mundial, a última Primeira Ministra Indira Gandhi disse ao Ocidente que a pobreza era a pior forma da poluição- uma declaração que se tornou subseqüentemente famosa através de nossos burocratas da conservação em sucessivos fóruns multilaterais. Contudo, poucos meses depois de retornar da Conferência de Estocolmo, ela aprofundou a pobreza e a destituição de uma enorme massa de indianos, ironicamente em nome da conservação, através da lei de Proteção de Fauna Silvestre que se opôs à própria existência dos Adivasis cuja vida está organicamente ligada à fauna silvestre, como se a devastação produzida pela ilegítima Lei Florestal da Índia de 1927 que formalizou a apropriação colonial das florestas indianas não tivesse sido suficiente. A trágica desaparecimento do tigre de Sariska, apesar de terem sido gastos Rs dez milhões (US\$ 232.500) por cada tigre dentro da reserva durante os últimos 25 anos, como foi revelado pela Tiger Task Force, revela o fracasso do projeto de conservação regimental.

Não existe razão alguma para a Índia prolongar as duas crises que aceleram a degradação da biodiversidade e põem em perigo o povo Adivasi ainda depois de mais de meio século de independência formal. A aprovação do projeto de lei sobre os direitos florestais dos Adivasi deveria ser considerada como o primeiro passo essencial na reforma do regime de manejo florestal do país a fim de procurar a parceria com o conservacionista mais original para proteger e manejar sustentavelmente o dom ecológico mais crítico do país.

Por S Faizi, Email: ecology@zajil.net

- Indonésia: um parque nacional, fracasso e impacto sobre os meios de vida

As conversas locais a respeito da classificação da área florestal de Mount Merapi como um parque nacional, com frequência são encerradas colocando a questão de por que foi estabelecida como um parque.

O ecossistema florestal de Mount Merapi está localizado de 600 a 2968 metros acima do nível do mar, na Província de Yogyakarta- República da Indonésia. Com uma área de 8655 hectares, está maioritariamente coberto por uma floresta tropical montanhosa que representa a fonte de vida de um milhão de pessoas em quatro distritos.

A água superficial que provém de Mount Merapi é dividida em 3 direções: a bacia de Progo na parte oeste, a bacia de Opak no meio e a bacia do Bengawan Solo na parte leste. Essas bacias têm sido as fornecedoras de água para o consumo, irrigação e a indústria de mais de 5 milhões de pessoas das províncias de Jogjakarta e Java Central.

O manejo não sustentável de Mount Merapi está ameaçando sua própria existência. A privatização da água por conta de uma companhia comercial está impedindo que cerca de um milhar de lavradores plantem suas terras; a exploração da região arenosa atinge 3.5 milhões de metros cúbicos ao ano, as fontes têm sido rapidamente degradadas e a flora e a fauna está sendo destruída.

No entanto, o paradigma do governo ainda é o mesmo: a exploração de recursos com fins lucrativos sem qualquer consideração pelo uso no longo prazo. A economia está além do meio ambiente e a sustentabilidade.

Muitos expressaram a oposição ao plano do governo de classificar essa área como o Parque Nacional Mount Merapi, quando o processo começou em 2001. Desconsiderando a oposição, o Ministério Florestal indonésio emitiu um decreto que transformou oficialmente a floresta em uma área protegida no dia 4 de maio de 2004.

Nós, que nos opomos a tal medida, denunciemos que o decreto ministerial descumpra princípios legais bem como princípios de transparência, democracia e direitos humanos, e é uma expressão da arrogância do governo.

O decreto contradiz um decreto anterior provindo do mesmo ministério que inicia um processo de obrigações anterior à publicação no diário oficial de um parque nacional. A decisão infringe também a Lei nº 22/1999 sobre autonomia regional porque ignora a autoridade dos governos regionais e conselhos legislativos dessa área.

O conceito de parque nacional foi desenvolvido primeiramente nos países do Ocidente e foi fortemente influenciado por conceitos clássicos de conservação- uma região rijamente protegida sem nenhuma permissão para ser tocada. Mais tarde se transformou em um modelo de conservação eco- fascista que colocou a “natureza” inalterada como uma prioridade principal mesmo se isso significasse desfazer-se/ desembaraçar-se dos habitantes locais.

O primeiro parque nacional no mundo foi estabelecido nos EUA em 1872 com a publicação no diário oficial do Parque Nacional Yellowstone. O manejo do parque não permitia que ninguém usasse os recursos naturais do parque, desconsiderando o fato de o parque ser o lar de tribos indígenas. Os conflitos foram inevitáveis e levaram ao despejo forçado das comunidades indígenas da região.

Infelizmente, muitos países, inclusive a Indonésia, se inspiraram nesse modelo. Em 1980, o governo indonésio estabeleceu os cinco primeiros parques nacionais.

O governo aplicou o conceito sem levar em conta sua sustentabilidade para as condições sociais e econômicas do país, aparentemente preferindo agradar os países do Ocidente mais do que sua própria população. O fato de 42 parques nacionais terem sido estabelecidos ao longo do país, um após outro sem estudos abrangentes sobre como os parques existentes tinham sido manejados prova isso.

As condições em muitas das regiões designadas como parques nacionais têm piorado se comparadas com o momento em que foram declaradas como tais. Em vez de preservar a área e gerar benefícios positivos, o estabelecimento de parques nacionais, resultou, com frequência, em danos e desvantagens. Os parques nacionais de Mount Leuser, Mount Halimun, Kutai, Bukit Tiga Puluh, Tanjung Puting, Mount Palung, Ujung Kulon, Lore Lindu, Rawa Aopa, Komodo, Lorentz, e Wasur são exemplos de como tal modelo de conservação acarreta problemas econômicos e sociais e a degradação ambiental antes que a preservação.

A aplicação do conceito de parque nacional na Indonésia não está precisamente em um nível teórico e sim em nível de manejo e política. Em termos de política, por exemplo, através do National Park Management Body, o governo diferencia entre os direitos do corpo de manejo e os da população, que são considerados subordinados ao órgão de manejo. A população deve obedecer ao órgão de manejo sem questionar enquanto ele aplica uma regulação fascista que satisfaz os interesses governamentais. A Lei nº 5/1990 sobre a conservação dos recursos naturais e ecossistemas, que não faz nenhuma menção ao papel e os direitos da população a respeito dos recursos naturais, é um exemplo dessa arrogância.

A organização do órgão de manejo, também, não é a única que apresenta parcialidade com o governo mas, como outras organizações estatais, sofre corrupção. Como administrador dos parques nacionais, o órgão de manejo mantém quase toda a autoridade. Não há espaço para os direitos das comunidades circundantes. A administração do parque nacional é freqüentemente corrupta como fica evidenciado através da cooperação com os negócios e os militares no desmatamento ilegal- atividades que têm sido amplamente conhecidas. A maciça extração ilegal de madeira que ocorre em quase todos os parques nacionais no exterior de Java, incluindo os parques nacionais Tanjung Puting e Mount Palung, envolve a administração do órgão de manejo, homens de negócios e pessoal militar.

Essa cooperação também conduz ao roubo maciço dos recursos naturais, o despejo dos habitantes indígenas e a abertura de novos locais para a mineração dentro dos aparentes “parques nacionais”.

Os parques nacionais na Indonésia não significam conservação, representam mais danos à natureza e o empobrecimento das comunidades locais.

Deveríamos nos perguntar por que o governo estabeleceu o Parque Nacional do Mount Merapi sem realizar estudos abrangentes e participativos previamente. Na minha opinião, os mesmos problemas em outras áreas vão ocorrer também em Merapi. Por quê? Porque a comunidade local e o ecossistema de Merapi são inseparáveis e interdependentes.

Por centenas ou talvez até milhares de anos, as comunidades circundantes têm estado cuidando sabiamente o Merapi porque garante seu sustento através de água limpa, verdes árvores e porque providencia alimentos, proteção e medicinas.

Será que o estabelecimento do Parque Nacional de Mount Merapi fixará os problemas ocasionados pela extração de areia na ladeira de Merapi que por sua vez já provocou danos a sua floresta e secou seus mananciais? Será que o manejo do Parque Nacional se importa com o fato de as comunidades serem despejadas após a chegada dos novos “investidores”? Honestamente, não acredito. O sistema de Parque Nacional nunca será capaz de atender a esses problemas; em vez disso, criará outros novos que, além do mais, mancharão essa bela área.

Os problemas de Merapi não podem ser atendidos classificando-o como um parque nacional. Poderemos atender os problemas da área unicamente se empoderizarmos a comunidade local e integrarmos o manejo da área do Merapi a fim de envolver todas as

partes interessadas através de princípios de cooperação, confiança, participação e conservação.

O que essa área necessita é um modelo de conservação baseado na população e não um conceito de parque nacional que só tem provado ser um fracasso que se repete.

Nós não permitiremos que Merapi seja mais um registro na longa lista dos desastrosos parques nacionais na Indonésia e em outras muitas partes do mundo, não é?

Por: Mimin Dwi Hartono, Wana Mandhira-Institute for Advocacy and Environment Conservation, E-mail: kaliurang@indo.net.id, wamatour@yahoo.com)

- Laos: ajudando ou favorecendo? reassentamento interno e agências de ajuda internacional

Atualmente está sendo executada uma total reestruturação da sociedade laociana. No decurso da última década, o governo de Laos deslocou dezenas de milhares de Povos Indígenas desde seus remotos lares no planalto até áreas de planície próximas às rodovias. Ainda que os programas do governo tivessem por objetivo a “mitigação da pobreza” e o “desenvolvimento”, os impactos sobre os meios de vida, segurança alimentar e meio ambiente das comunidades reassentadas, foram, com frequência, devastadores.

“Dezenas de milhares de vulneráveis povos indígenas que representam as minorias étnicas sofreram e morreram em Laos devido aos impactos associados com iniciativas de reassentamento interno mal formuladas e deficientemente implementadas durante os últimos dez anos,” escreveram Ian Baird e Bruce Shoemaker em um recente relatório sobre o reassentamento em Laos.

O relatório, intitulado “Ajudando ou Favorecendo? Reassentamento Interno e Agências de Ajuda Internacional na República Democrática Popular do Laos”, critica a resposta de muitas agências de ajuda internacional aos problemas provocados pelo reassentamento.

Tanto Baird quanto Shoemaker, que trabalharam em Laos durante muitos anos, questionam se algumas agências de ajuda, em efeito, “facilitam violações dos direitos básicos das comunidades que sofrem os impactos através de seu apoio para o reassentamento interno”.

Os problemas causados pelo reassentamento interno em Laos têm sido bem documentados. Em 1997, o antropologista francês Yves Goudineau conduziu uma equipe de pesquisa que documentou o índice de óbitos de mais de 30 por cento nas comunidades da região alta que tinham sido reassentadas. O relatório foi publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, sigla em inglês). Em 2000, o Banco Asiático de Desenvolvimento patrocinou uma Avaliação Participativa da Pobreza conduzida pelo antropologista James Chamberlain. Essa avaliação revelou que muitos moradores acreditavam que sua pobreza tinha sido recentemente criada e devida, em grande medida, aos programas de governo que envolviam reassentamento. O

relatório afirma que ao reduzir a cultura migratória, o governo de Laos não diminuiu a pobreza mas, na realidade, a aumentou.

Baird e Shoemaker listaram outros 18 estudos realizados por ONGs, órgãos das Nações Unidas e acadêmicos que confirmam os impactos sobre as comunidades reassentadas em Laos. “Até onde nós sabemos”, eles escreveram, “não se trata de um simples estudo informando que o reassentamento trouxe benefícios para as comunidades étnicas indígenas em Laos.”

Algumas organizações, inclusive a agência sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a Concern Worldwide e o Canada Fund estão resistindo ativamente a mais reassentamentos em Laos, por exemplo, ao trabalharem nas aldeias das remotas áreas altas, demonstrando que existem alternativas ao reassentamento.

Outras, porém, estão promovendo ativamente o reassentamento. O finlandês Reske-Nielsen, Representante Residente do UNDP em Laos, parece ignorar a evidência que surge dos relatórios publicados por sua própria organização a respeito dos impactos sobre comunidades reassentadas. Ele argumenta que “o reassentamento voluntário faz sentido em um país como Laos cuja população está espalhada e portanto existe a dificuldade de aproximar da população serviços tais como educação e saúde e outros serviços essenciais.”

Baird e Shoemaker apontaram que o reassentamento em Laos não é inevitável: “As comunidades estão sendo forçadas através da combinação de específicas políticas de ordem política, social e ambiental com ações.” Algumas agências de ajuda, tal como o ADB, exigem o reassentamento para atingir seus objetivos no longo prazo. “A integração regional, a promoção do florestamento industrial e cultivos comerciais, a industrialização e a abertura de mercados exigem o tipo de mudanças demográficas na área rural de Laos que o reassentamento interno está favorecendo”, escreveram Baird e Shoemaker.

Em 2004, Sandro Cerrato, o chefe de missão da União Européia em Vientiane, elaborou um documento conceitual que demanda um novo diálogo entre as grandes agências de ajuda e o governo de Laos a respeito do reassentamento. Cerrato sugere que as agências de ajuda devem apoiar o reassentamento a fim de ser desenvolvido da melhor maneira.

Baird e Shoemaker apontaram que algumas organizações criticaram o documento de Cerrato por estar baseado em uma série de falsas suposições. Cerrato assume que o reassentamento mitigará a pobreza. De fato, o reassentamento tem “contribuído para a pobreza no longo prazo, bem como a degradação ambiental nos planaltos e nas planícies, alienação cultural e aumento dos conflitos sociais,” escreveram Baird e Shoemaker.

Cerrato assume que as agências de ajuda podem diferenciar entre reassentamento voluntário e não voluntário. Mas no contexto de Laos é difícil marcar a diferença, argumentam Baird e Shoemaker: “quase todos os reassentamentos classificados como voluntários em Laos, são, na realidade, de moradores não informados.”

Cerrato assume que o reassentamento é inevitável e que as agências de ajuda são ineficazes para promoverem alternativas. Ele assume que mais dinheiro e melhor

implementação iriam, de qualquer maneira, melhorar o reassentamento, ainda que não exista nenhuma evidencia que comprove isso. Ele ignora o fato de as comunidades do planalto terem o direito de decidir seu próprio futuro e assume que eles não são capazes de fazê-lo.

As agências de ajuda internacional operam em Laos com pouquíssima responsabilidade. Eles enfrentam a falta de escrutínio da mídia controlada pelo estado. As agências de ajuda internacional raramente devem justificar suas políticas e ações perante as comunidades locais ou instituições. Eles não precisam se preocupar a respeito do monitoramento local ou grupos “guardiães” nem pela possibilidade de ações legais quando suas ações prejudicarem as comunidades locais.

Mesmo que Cerrato pareça ignorar as extensas pesquisas sobre os impactos do reassentamento em Laos, é inaceitável que a União Européia argumente que não é consciente das conseqüências potenciais de apoiarem maiores reassentamentos em Laos. Baird e Shoemaker apontaram que é ainda ininteligível que a iniciativa da União Européia se desenvolva. Mas se avançar como está estruturada atualmente, a União Européia poderá ser considerada como cúmplice na violação dos direitos humanos das comunidades étnicas do planalto em Laos.

"Aiding or Abetting? Internal Resettlement and International Aid Agencies in the Lao PDR", escrito por Ian Baird and Bruce Shoemaker e publicado por Probe International e está disponível em:
<http://www.probeinternational.org/pi/documents/mekong/AidingOrAbetting.pdf>.

Por Chirs Lang, e-mail: chrislang@t-online.de

- Tailândia : o “projeto de lei de florestas comunitárias” resultou ser uma ameaça de relocação para as comunidades rurais que moram em áreas de florestas de conservação

Em uma irônica virada, o Projeto de Lei Tailandês de Florestas Comunitárias “, que pretendia ser um marco formal que definisse os direitos das comunidades para co-manejarem as áreas florestais, agora ameaça com reassentar as comunidades rurais, em especial, os povos étnicos que moram nas terras altas e em áreas de florestas de conservação.

No dia 15 de setembro de 2005, uma comissão parlamentar conjunta ao avaliar o rascunho da lei determinou que as florestas comunitárias eram proibidas nas “principais áreas florestais”. O painel votou em favor da proposta do Ministro de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Yongyuth Tiyapairat, que consistia em estabelecer “áreas florestais especiais” onde as atividades humanas, incluindo o estabelecimento de florestas comunitárias, são proibidas.

A decisão do painel estabelece que todos os povoados existentes nessas áreas florestais devem ser reassentados quando o projeto de lei se tornar lei. De acordo com Yongyuth, uma área florestal especial é uma área com um declive de mais de 30 graus, com altos níveis de diversidade biológica e localizado em áreas de planalto.

Existem aproximadamente de 2,8 milhões de hectares deste tipo de áreas florestais no país todo maioritariamente localizadas em florestas de conservação incluindo parques nacionais, santuários de fauna, bacias classificadas e áreas onde a caça é proibida. Não existem cifras claras, mas estima-se que um milhão de famílias em todo o país, inclusive comunidades étnicas moram e cultivam nessas áreas.

Mais de 10 anos de planejamento e negociações entre os funcionários do governo, grupos das comunidades locais e organizações não governamentais (ONGs) levaram à elaboração de um projeto de lei de florestas comunitárias que viria a ser a primeira legislação na Tailândia a reconhecer o status legal das comunidades que moram tanto dentro quanto nas vizinhanças das Reservas Nacionais de Florestas da Tailândia para usarem, manejarem e protegerem suas florestas em cooperação com o Departamento Florestal Real (RFD; por seu nome em inglês).

O projeto de lei florestal é, também, uma das primeiras legislações que aplica um mecanismo constitucional permitindo que os povos locais proponham leis com o apoio de 50.000 assinaturas – as populações locais de toda a Tailândia reuniram 52.698 assinaturas e apresentaram ao Parlamento o projeto de lei de florestas comunitárias no começo de 2000.

A Câmara Baixa do Parlamento aprovou o projeto de lei. Porém seguidamente, a Câmara Alta (o Senado) se opôs ao projeto de lei e introduziu algumas emendas que forçaram a revisão do projeto de lei a ser realizada por uma comissão conjunta formada com integrantes tanto da Câmara Alta quanto da Câmara Baixa do Parlamento.

Permsak Makarabhirom, acadêmico florestal da Universidade Kasetsart e um integrante de outro comissão, ao avaliarem o projeto de lei disseram que a proposta do painel conjunto de criar “áreas florestais especiais” destrói o propósito original do projeto de lei ao excluir as comunidades que moram nas áreas de floresta protegida e violar os direitos das comunidades que dependem das florestas.

“Isso contradiz o espírito da Constituição tailandesa, por exemplo o Artigo 46 que apoia os direitos locais para o manejo dos recursos naturais,” ele disse.

Mais de 8.000 “florestas comunitárias” em todo o país vêm sendo usadas, protegidas e manejadas pelas comunidades locais, algumas delas durante várias gerações. O projeto de lei foi planejado para legalizar essas áreas de floresta comunitária e providenciar o reconhecimento oficial aos esforços na conservação das florestas realizados pelas moradores locais.

Porém, o RFD e alguns grupos de conservação da natureza têm se oposto persistentemente à proposta do projeto de lei de estabelecer as florestas comunitárias dentro das áreas florestais protegidas. No ímpeto de transformar as florestas de reserva em áreas protegidas, o RFD demarcou muitas áreas ocupadas e usadas pela população local como parques nacionais e santuários de vida selvagem. Isso acarretou uma situação na que a maioria das áreas protegidas da Tailândia estão circundadas ou parcialmente ocupadas por uma população local alienada que sente que se apoderaram de seus direitos legítimos de propriedade.

O RFD prefere o reassentamento das populações que moram nas florestas ou a imposição de severas restrições ao uso das florestas. A abordagem do RFD, contudo, não conseguiu, até agora, nem prevenir o desmatamento contínuo das florestas remanescentes tailandesas por conta da atividade madeireira ilegal muito espalhada e que envolve interesses comerciais poderosos nem apoiar as formas de sustento das comunidades rurais.

Além disso, as tentativas prévias do governo de realizar o reassentamento forçado das comunidades que moram em áreas florestais aumentaram em grande medida o empobrecimento das comunidades locais, pioraram os conflitos rurais e causaram maiores perdas de áreas florestais já que os moradores deslocados desmatam áreas florestais em outro lugares.

A agricultura acompanhada com um conjunto de outras atividades que incluem a procura de trabalho sazonal nas áreas urbanas providencia os meios de vida para muitas comunidades rurais. E a potencial geração de rendas nas florestas comunitárias está também amplamente aceita particularmente pelas famílias economicamente mais pobres com rendas limitadas devido às propriedades de terra módicas, falta de educação ou idades avançadas que podem ter acesso a produtos florestais não madeireiros.

Decho Chaiyapap, coordenador das Florestas Comunitárias de Chiang Mai na Tailândia do Norte, uma coalizão de organizações não governamentais (ONGs) e agricultores do norte da Tailândia, disseram que os moradores discordavam da resolução do painel visto que restringe tanto o acesso às florestas quanto a prática da agricultura nessas áreas. “ Não fica claro como a “área florestal especial” seria especificamente definida nem quem o faria. Portanto, nós não podemos dizer ao certo quantas famílias viriam a ser atingidas,” ele disse.

Permanece ainda o questionamento de saber se o painel conjunto tinha o mandato legal para emendar as cláusulas de um projeto de lei que já tinha sido aprovado na Câmara Baixa do Parlamento. Grupos da sociedade civil encaminharam uma petição ao Primeiro Ministro Thaksin Shinawatra em uma carta que declara que: “As emendas do painel conjunto violam o projeto de lei de florestas comunitárias ratificado no Parlamento que permite que as florestas comunitárias sejam estabelecidas nas áreas florestais protegida.” A carta também afirma que a proposta do painel sobre áreas florestais especiais é uma violação do propósito do projeto de lei no que diz respeito a “apoiar o manejo local das áreas florestais tanto dentro quanto fora das florestas de conservação uma vez que o manejo florestal realizado unicamente pelo estado não apenas provou sua ineficiência como também aumentou a destruição da floresta na Tailândia.”

Por Noel Rajesh, Chiang Mai University, Unit for Social and Environmental Research (USER), e-mail: rajesh@sea-user.org

OCEANIA

- Austrália: A Nippon Paper no sudeste da Austrália

O Japão é o maior fabricante de papel. A Nippon Paper (NP) é conhecida como uma indústria líder no tangente à reforma ambiental, mas quanto de real tem essa consideração?

A South East Fibre Exports, localizada em Eden, a aproximadamente 500 km ao sul de Sydney, é uma companhia subsidiária da NP.

É a mais antiga planta processadora de lascas de madeira na Austrália e foi a primeira operação no estrangeiro da antiga Daishowa Paper Manufacturing Company (cujo controle foi assumido pela NP há um par de anos).

Depois de mais de 30 anos de existir o destruidor processamento de lascas de madeira no sudeste da Austrália, os defensores florestais foram incitados pelo fato de a Nippon ter assumido o controle. A nova proprietária tinha, apesar de tudo, uma reputação bem melhor do que a antiga.

Até agora, contudo, Eden tem sobrevivido a cada etapa da reforma ambiental que a nova proprietária impulsionado.

Ao que tudo indica, sobreviverá à próxima, e ainda a Nippon conserva sua reputação como uma líder ambiental na indústria japonesa do papel. É possível que esteja na hora de re- examinar isso.

A Nippon Paper tem uma política ambiental que, no papel, parece boa. A companhia está comprometida com 100% da produção de lascas de madeira, tanto de plantações quanto de florestas certificadas, até o ano 2008. Quem poderia argumentar contra isso?

O único problema é que a NP parece reconhecer algumas formas de certificação menos respeitáveis que são reconhecidas apenas pela indústria.

Nenhuma floresta nativa australiana possui a certificação do Conselho de Manejo Florestal (o FSC) e o movimento pela conservação não tolera isso.

A certificação que a maioria dos governos e as companhias madeireiras estão procurando é o Australian Forestry Standard, que significaria um bom negócio para os madeireiros como é de costume.

As lascas de Eden são de baixa qualidade e grau e são vendidas a um preço menor que as lascas de madeira tasmanianas. Elas ainda encontram um mercado por causa de seu baixo preço.

São produzidas a partir de árvores derrubadas com o único objetivo de serem transformadas em lascas de madeira. Acima de 95% da madeira derrubada na região de Eden termina como lascas de madeira. Não se trata de um subproduto da serragem de toras com o fim de produzir placas de madeira. De fato, como muitas fábricas de lascas,

Eden apenas pode processar a totalidade de suas toras.

Atualmente, Eden exporta aproximadamente 860.000 toneladas ecologicamente corretas de lascas de madeira ao ano, sendo que a maior parte é destinada às plantas de celulose de sua companhia no Japão.

Nenhuma floresta estadual em um rádio de 250 km nos arredores de Eden pode ser poupada enquanto a companhia continuar a funcionar lá.

A despeito disso, a indústria e o governo sustentam que essa planta processadora de lascas usa tudo e depois de anos de propaganda, muitos votantes, especialmente os moradores urbanos se inclinam a acreditar neles. Eles querem acreditar neles. A alternativa é desconfortável demais para ser contemplada.

Recentemente, a Nippon Paper empreendeu um programa de consulta pública através da Internet, que solicitava a opinião da população a respeito de sua política de obtenção de lascas de madeira.

Uma vez mais, um passo admirável, não é?

Chipstop, Minha Ccampanha, foi iniciada em 1998 e tem feito várias tentativas de aproximação com a Nippon Paper. Nós temos escrito cartas, petições, correios eletrônicos e pretendido reuniões . Nossas cartas têm sido escritas em língua japonesa e eu tenho visitado o Japão com a esperança de ter um encontro com os representantes da companhia.

Certa vez, nós enviamos uma carta assinada por mais de cinqüenta membros do Parlamento australiano, grupos de conservação regionais, estaduais, nacionais, e pessoas proeminentes. Nenhuma dessas tentativas de comunicação teve uma resposta, portanto nós devemos perguntar a nós mesmos que tão genuíno tem sido o exercício da recente “consulta”.

Assim como em muitos processos governamentais e corporativos, a parte relacionada com a conservação neste caso será encerrada provavelmente com a adoção de uma simples fachada verde, ajudando assim a legitimar um resultado predeterminado ao darem a aparência de um envolvimento com a conservação.

O pior fato a respeito da destruição das florestas nativas no sudeste da Austrália para a Nippon Paper é que aquilo é inteiramente desnecessário.

A Austrália tem suficiente madeira dura plantada disponível como para substituir todas suas exportações de lascas de madeira. Sem plantarmos uma única nova árvore, nós poderíamos deter o processamento de florestas nativas em lascas de madeira. A circunstância que impede isso é a determinação do preço. Os fabricantes de papel preferem a melhor qualidade de fibra plantada, porém, vão comprar madeira de florestas nativas se for suficientemente barata.

As agências florestais dos governos estaduais fornecem toras para serem transformadas em lascas de madeira a preços muito baixos, portanto a derrubada de floresta nativa continua.

A Nippon Paper possui plantações relativamente grandes na Austrália, mas não as usa preferindo, pelo contrário, comprar lascas de floresta nativa.

A campanha Chipstop trabalha junto a outros defensores contra a produção de lascas de madeira da Nippon Paper e estamos informados da existência de similares preocupações em outros países.

Nossos esforços de campanha vão continuar focalizando o fechamento da planta processadora de lascas em Eden. Estamos exigindo da companhia o fato de ela aplicar suas políticas de um modo significativo, e aceitamos apenas formas de certificação bem conceituadas. Nós ainda pretendemos que ela aplique seus próprios padrões ambientais em suas próprias subsidiárias nos outros países e com os parceiros comerciais, em particular, em países tais como China e Indonésia.

Por Harriett Swift, E-mail: fuscipes@dodo.com.au, Chipstop Campaign, <http://www.chipstop.forests.org.au>

* FSC: REVISÃO DE CERTIFICAÇÃO DE PLANTAÇÕES

- Moratória para a certificação de plantações foi solicitada ao FSC

Como já informamos, o Conselho de Manejo Florestal (FSC, por sua sigla em inglês) tem iniciado um processo de revisão de certificação de plantações. (vide Boletim nº 92 do WRM).

Várias organizações, entre elas o WRM, que faz muito tempo, vêm solicitando que o FSC faça uma revisão da certificação de plantações, contribuíram com documentação e estudos a respeito dos severos impactos sociais e ambientais das plantações de monoculturas florestais em grande escala, estabelecidas em diferentes países.

Na reunião que começou o processo, o WRM manifestou que o FSC “deveria suspender novas certificações de plantações industriais de árvores em grande escala até que a revisão estiver concluída”. É gritante a necessidade de uma moratória para novas certificações até as avaliações já outorgadas serem re-avaliadas.

Devido ao fato de a Diretoria do FSC não ter tomado uma resolução sobre a moratória, várias organizações sociais e ambientais de diversas partes do mundo encaminharam uma carta aberta ao FSC solicitando a “moratória da certificação e re-certificação de plantações florestais”.

As organizações também decidiram iniciar uma campanha de coleta de assinaturas para uma carta que será encaminhada ao Grupo de Trabalho da Revisão antes da próxima reunião, que será realizada no dia 7 de novembro em Madri, Espanha.

Na carta encaminhada à Diretoria do FSC, as organizações expõem que: “As plantações florestais industriais, com alto grau de mecanização e emprego de produtos químicos, produzem impactos negativos no nível social e ambiental que ainda não foram

quantificados nem avaliados de forma adequada, e portanto resulta impossível mitigar o impacto que produzem”.

Explica-se, também, que mesmo que os problemas causados pelas plantações florestais industriais atinjam também a países do Norte: “Os problemas decorrentes das plantações industriais são, geralmente, mais graves no Sul, onde as árvores crescem mais rapidamente e as espécies exóticas de rápido crescimento alcançam ciclos de rotação de até sete anos. Este rápido crescimento implica um alto grau de diminuição dos nutrientes do solo, o que leva a processos de empobrecimento do solo bem como a uma perda de solo superficial”.

À guisa de exemplo, salienta-se que: “Na África do Sul, mais de um milhão de hectares de plantações florestais industriais têm sido certificadas pelo FSC e as empresas plantadoras usam o selo do FSC para promoverem seus produtos como “ecologicamente corretos”. Porém, estas plantações têm sido responsáveis pela escassez dos recursos locais de água, têm diminuído as águas subterrâneas e secado inúmeros arroios e rios, o que restringe, em forma severa, o uso da terra e portanto coloca em risco o sustento das populações rurais”.

Finalmente, estabelece-se que: “Há no mundo uma crescente e justificada oposição ao incremento de plantações florestais e não podemos continuar aceitando que as plantações sejam certificadas pelo FSC aplicando os atuais e defeituosos princípios e critérios. Por isso, a junta diretiva do FSC deve suspender a certificação das plantações industriais até que o processo de revisão estiver concluído e os achados e recomendações aprovados forem amplamente incorporados”.

Na carta que será encaminhada proximamente ao FSC, as organizações fazem um “apelo urgente para o FSC se retirar da certificação de plantações e ainda reafirmam a demanda da moratória”.

A carta está disponível em <http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/cartacomite.html>. As organizações que quiserem aderir a ela, podem assinar através do web site ou enviar sua adesão a Ana Filippini (anafili@wrm.org.uy) até sexta feira 4 de novembro de 2005.